



**Câmara Municipal de Primavera de Rondônia**  
Estado de Rondônia  
Assessoria Jurídica

**PARECER JURÍDICO Nº 756/2022**

**REFERÊNCIA:** Projeto de Lei Ordinária nº 093/GP/2022

**Autoria:** Executivo Municipal

**Ementa:** Dispõe sobre o processo de escolha dos diretores das instituições de ensino da rede pública municipal do município de Primavera de Rondônia/RO.

**1. RELATÓRIO**

Foi encaminhada à Assessoria Jurídica desta Casa, para análise e parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 093/GP/2022 que tem como objeto regular o processo de escolha dos diretores das instituições de ensino da rede pública municipal do município de Primavera de Rondônia/RO.

É o breve relatório. Passo a análise jurídica.

**2. DO PARECER**

**2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Oportuno lembrar que este parecer é opinativo, tratando-se de uma análise que limita-se, apenas, ao aspecto formal do pleito em questão, não tendo a pretensão de averiguar os aspectos discricionários da oportunidade e conveniência, da mesma forma que não compete à assessoria jurídica posicionar-se em relação aos aspectos econômicos do caso.

**2.2 DA ESCOLHA DOS DIRETORES DAS INSTITUIÇÕES**

No caso em apreço, observa-se que o processo de escolha dos Diretores das Escolas Municipais e das Creches Municipais será mediante processo de avaliação por mérito e desempenho.

Em análise a mensagem nº 093/GP/2022, nota-se que esta está fundamentada no artigo 206, inciso VI da Constituição Federal, onde diz que o princípio do ensino público será garantido por gestão democrática.



## **Câmara Municipal de Primavera de Rondônia**

Estado de Rondônia

Assessoria Jurídica

Convém mencionar que a lei que regulamentava as eleições para esses cargos foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 2821 em 05 de novembro de 2019. Em outras oportunidades concernente ao julgamento sobre o mesmo tema, os próprios ministros relembraram que o tema já foi amplamente discutido pela Suprema Corte.

Assim, a jurisprudência pátria entende que o cargo de diretores de unidades escolares é um cargo em comissão cujo provimento pertence à esfera discricionária do chefe do Poder Executivo, em cuja estrutura organizacional aquele cargo se insere.

No Município em questão o chefe do executivo pretende realizar processo seletivo com fases eliminatórias, garantindo a possibilidade de todos os interessados concorrerem de maneira isonômica a atribuição em questão.

Recomenda-se de todo o trâmite do processo seletivo seja devidamente publicado no Diário Oficial do Município, nas redes sociais, sites e afins, para garantir a publicidade do ato.

### **3. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, conclui-se no sentido de que o processo de escolha dos diretores das instituições de ensino da rede pública municipal encontra-se consubstanciado na Constituição Federal e nas leis infraconstitucionais pertinentes à matéria.

Porto Velho/RO, 09 de setembro de 2022.

**Leonardo Falcão Ribeiro**

OAB/RO 5.408